

O PAPEL DA ALIENAÇÃO DO TRABALHO MARXIANA NA CONSTRUÇÃO DO CARÁTER SOCIAL

THE ROLE OF MARXIAN ALIENATION OF LABOR IN THE CONSTRUCTION OF SOCIAL CHARACTER

*Tainã Alcantara de Carvalho*¹

Resumo

O presente artigo pretende realizar uma discussão acerca do modo de exploração do trabalho humano pelo capital enquanto fonte formadora do caráter individual e, com isto, social. Baseado no pensamento filosófico e econômico marxista, que inicia a crítica ao modo de produção capitalista calcada principalmente nas questões humanas, será demonstrado um rápido panorama da evolução dos modelos de produção a partir da Revolução Industrial até o moderno modelo de acumulação flexível, salientando nesta análise considerações a respeito da relação do ser humano com o trabalho, que permeia tanto as análises sociológicas quanto psicológicas. Partindo da ideia construída por Marx acerca da centralidade da atividade laboral ao ser humano, presente em sua teoria do materialismo histórico, o autor relata em suas obras as consequências que a alienação do trabalho, ao modo de sua época, geram à formação do indivíduo e à percepção deste sobre o mundo ao seu redor. Com base nesta ideia, pretende-se demonstrar neste artigo a continuação do papel da alienação do trabalho à constituição do ser humano no século XX, principalmente no que tange às considerações acerca dos novos valores e comportamentos adotados na modernidade.

Palavras-chave: Marx; alienação; caráter.

Abstract

This article intends to hold a discussion on the mode of exploitation of human labor by capital as a source former of individual and, with it, social character. Based on Marxist economic and philosophical thought, which initiates the criticism of capitalist mode of production principally grounded in human affairs, will be shown a quick overview of the evolution of production models from the Industrial Revolution to the modern model of flexible accumulation, stressing in this analysis considerations about the relationship of humans with the work that permeates both the sociological and psychological analysis. Starting from the idea built by Marx about the centrality of labor to human, present in his theory of historical materialism, the author reports on his works the consequences of that the alienation of labor, at mode of their time, generate the formation of individual and on the perception of the world around them. Based on this idea, we intend to demonstrate in this article the continuing role of the alienation of labor to the constitution of the human being in the twentieth century, especially in regard to the considerations of the new values and behaviors adopted in modernity.

Keywords: Marx, alienation, character.

1 - INTRODUÇÃO

Muitos estudos se baseiam na análise de Marx para a construção de uma crítica sobre os rumos do desenvolvimento adotado pela sociedade na atualidade: um comportamento guiado pelos pressupostos do capital, por métodos de exploração do trabalho disfarçados de discursos de uma “empresa-família”, por um tempo regulamentado de trabalho fantasioso, assim como o modo como tem sido levado o seu “contrário”, o tempo de “lazer”, que carrega em si um caráter de retroalimentação do capital; e pela adoção e expansão de um comportamento individualista e agressivo frente ao próximo. Acerca de uma possível derrocada do sistema capitalista, defende-se a sublevação da classe trabalhadora sobre a classe capitalista e o posterior controle daquela sobre os meios de produção, visando dar uma finalidade mais justa aos bens produzidos pela própria classe trabalhadora, até então tomados pela classe inimiga. O sistema socialista, portanto, tal qual a sua nomenclatura demonstra, deveria dar uma nova face ao caráter social, pondo o indivíduo e a sociedade em lugar de destaque.

Entretanto, o que muito foge ao escopo destes trabalhos baseados na crítica marxiana (o que envolve o entendimento, entre outras coisas, acerca da exploração do trabalho pelo capital, do surgimento e da importância da mais-valia à continuidade do sistema econômico capitalista e na derrota generalizada da classe capitalista) é a perspectiva humana defendida pelo autor. Paralela à importância demonstrada por Marx à categoria trabalho, percebe-se uma crítica real não apenas contra um sistema simplesmente injusto e opressor, que induz a criação de um mal pelo homem e que aflige a si mesmo, mas a percepção de uma deturpação da essência humana.

Quando se leva em conta a deformação do ser humano proveniente da expansão do capital, põe-se em questão, por fim, a própria validade da ideia limitada e comumente adotada acerca da derrocada concreta de uma classe de indivíduos

como o suspiro último para o surgimento de uma sociedade realmente voltada ao ser humano.

Presente principalmente nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Marx demonstra sua perspectiva acerca da formação de um novo caráter social a partir de um dos fatores-base que promovem o crescimento do próprio sistema econômico capitalista: a alienação do trabalho. Enquanto a utilização da força de trabalho, o pagamento da mesma pelo seu valor e a tomada do fruto de seu trabalho pelos donos dos meios de produção criam um ciclo de expansão do capital, o mesmo processo também cria ou reformula os valores individuais, que, durante o período de não-trabalho, são expandidos a nível social. Como bem trata Dejours (1999), a banalização destes novos valores – intitulados pelo autor como o “mal” – se inicia nas relações criadas dentro das empresas, nas quais os fatores salientados pelo autor como inicialmente desagregadores de uma classe, como a adoção de um comportamento de virilidade – ou superioridade – e a estratégia defensiva do silêncio, ganham proporções mundiais, introjetando nos indivíduos e, com isso, na sociedade, um comportamento individualista. Tal qual acontece nas próprias classes trabalhadora e capitalista, onde estes novos comportamentos desagregam os indivíduos e esfacelam a identificação mútua entre estes, a sua banalização desagrega a própria humanidade, desenhando novos estilos de vida e formando novas regras e condutas humanas. Considerando a evolução da relação adotada entre o homem e o trabalho sob os pressupostos do sistema capitalista e da posição central do labor à vida humana, como defendido por Marx, tem-se, portanto, a importância que o processo de alienação sobre o trabalho adota enquanto meio “transformador” do caráter social. Como bem relata Siqueira, Alencar e Aquino sobre a contribuição de Marx:

Uma das influências do pensamento de Karl Marx para a sociedade e a Psicologia é estabelecer o traba-

lho como atividade humana fundamental e criticar as relações numa perspectiva econômica ou do capital. Suas ideias contribuíram para uma concepção de ciência social capaz de compreender o ser humano como um protagonista ativo que constrói dialeticamente sua subjetividade a partir das relações sociais, econômicas e culturais num determinado momento histórico. (Siqueira, Alencar e Aquino, 2012, p.81-82)

Desta forma, iniciando-se mais claramente na Revolução Industrial e estendendo-se à modernidade, o “desenvolvimento” do processo de alienação do trabalho perante o próprio homem pressupõe o desenvolvimento do sistema capitalista. Penetrando primeiro em sua carne para, enfim, alcançar-lhe a alma, a deformação do ser humano ultrapassa seu físico para se mostrar ao mundo, especialmente na atualidade, na forma de debilidade mental.

2. “A VIRTUOSIDADE DO TRABALHADOR MUTILADO”

Seguindo o próprio intuito da análise, a discussão acerca da Revolução Industrial e da relação homem-trabalho deve adotar a perspectiva pouco vislumbrada acerca das transformações infringidas, o que leva em conta os aspectos humanos encontrados em meio à produção de mercadorias do século XIX e às respectivas condições de trabalho. Pouco vislumbrada por se basear em uma perspectiva distante da concretude da realidade formada pelos novos modelos de trabalho, é discutido o mal promovido pela nova formatação do trabalho, que escapa das considerações exclusivamente físicas, tal como o adoecimento generalizado da população fabril ou o próprio falecimento do indivíduo.

Fato é, entretanto, que a percepção acerca dos malefícios causados pelo novo trabalho começa a ser construída com a maturação ou, como Dobb (1965) denomina, com o aprofundamento do capital. Esta

passagem de um modo de exploração baseado no prolongamento da jornada de trabalho, produzindo um ganho absoluto ao capitalista (a mais-valia absoluta), a uma exploração baseada na intensificação do trabalho, gerando ganhos relativos (a mais-valia relativa), só se mostrou possível devido à própria heterogeneidade nos modelos de trabalho na qual se encontrava a sociedade.

Por essa heterogeneidade de uma força de trabalho ainda primitiva aumentou o domínio do Capital sobre o trabalho. Pelo caráter primitivo da relação de emprego, que continuava tão comum, e a sobrevivência de tradições de trabalho de uma época anterior, tanto o crescimento da produtividade foi impedido quanto grande destaque se conferiu às formas mais brutas de pequena exploração ligadas ao número prolongado de horas de trabalho, escorchamento, emprego de crianças, descontos, pagamentos em gêneros e o desprezo pela saúde e segurança. (Dobb, 1965, p.325)

Equiparado ao próprio bem que vendia aos detentores dos meios de produção, a força de trabalho, visando dar cabo à própria sobrevivência, o trabalhador se torna uma mercadoria, sendo utilizado durante o processo produtivo irrestritamente e pago pelo minimamente necessário à própria subsistência, pagamento este que, seguindo a discussão de Marx (1980) acerca do valor e do valor de uso da mercadoria força de trabalho, encontrava-se aquém do valor realmente produzido pelo trabalhador. Como bem demonstra, o indivíduo empreende seu labor na constituição de valores de uso em um período de tempo determinado, mas é pago apenas pelo seu valor, o necessário à sua sobrevivência. “Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria [valor de uso para os outros], além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia).” (MARX, 1980, p.211)

Esta livre determinação do sobretrabalho, entretanto, vai de encontro às von-

tades do capitalista. Segundo Marx (1980), as jornadas de trabalho devem obedecer a dois limites “impostos” pelos próprios trabalhadores: o limite físico e o limite moral. O primeiro mostra-se como o máximo de horas dedicadas à produção na qual o homem poderá despender suas forças antes de sua fadiga completa. O segundo diz respeito às necessidades espirituais e sociais que o ser humano possui e que são determinadas historicamente. Sendo tais limites extrapolados, a força de trabalho se tornaria débil, necessitando de mais tempo do que aquele dedicado diariamente para se recompor, o que causará consequências nos processos de produção dos dias seguintes, culminando, ao fim de um período de acumulação desta “depreciação”, em um total desgaste da força de trabalho e, talvez, da perda total da mesma (física ou mental). Na medida do possível, entretanto, a força de trabalho era explorada à exaustão, como bem demonstra Engels, ao relatar que em algumas fábricas inglesas “(...) os operários são obrigados a permanecer de pé durante todo o tempo. Sentar-se é proibido: aquele que se apoiar num parapeito de janela ou num caixote é logo punido.” (ENGELS, 2010, p.45). Como Marx deixa claro, “o capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho.” (MARX, 1980, p. 301).

Será com a imposição legal de uma limitação à jornada de trabalho e ao próprio escasseamento da força de trabalho masculina que deverá ser percebida a inicial inserção da maquinaria no processo produtivo, aumentando cada vez mais os riscos de saúde infringidos à mão-de-obra, que agora passaria a ser formada também por mulheres e crianças.

Não se deve, todavia, limitar o sofrimento como sendo causado pelo chão de fábrica, ou seja, pelas condições sempre oferecidas pela própria organização interna das fábricas; devem ser citadas também as consequências oferecidas pela própria relação homem-máquina. A este caso, encaixam-se tanto os males causados pela estrutura de metal da máquina e pelos seus

resíduos quanto os ocasionados pela extrema especialização do trabalho. Os primeiros chegam a destruir o homem instantaneamente, o segundo, aos poucos. De acordo com os relatos de Marx sobre as evidências mais visíveis à destruição do trabalhador pela máquina, tem-se que:

(...) há outros fatores que causam grandes danos físicos aos operários. O trabalho em meio às máquinas está sujeito a numerosos acidentes mais ou menos graves, cuja consequência é a incapacidade parcial ou total do operário para seu trabalho. Muito frequente é o esmagamento de uma falange ou mesmo de um dedo; menos comum, mas ocorrente, é metade da mão, a própria mão ou um braço ficarem presos nas engrenagens e serem esmagados. De tais acidentes, mesmo os menos graves, geralmente resulta o tétano, que provoca a morte. (MARX, 1980, p.201)

Com o segundo “tipo” de mal, a saber, o que destrói o homem aos poucos, adentra-se, enfim, às análises que inicialmente mais se aproximam de um estudo sobre o novo caráter individual e social. As obras iniciais de Marx, com maior teor filosófico, ressaltam um estudo mais voltado ao desenvolvimento do espírito humano. Segundo os “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, vê-se, entretanto, que, com o desenvolvimento da maquinaria e, com isso, a crescente substituição do trabalho vivo (humano, que cria valor) pelo trabalho morto (maquinal, que apenas transfere parte de seu valor total a cada mercadoria que cria), há a crescente limitação e quebra do espírito humano, representado, como exemplos dados por Marx (2004, p. 93), pela imoralidade e embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Esta deturpação pode ser identificada em dois pontos principais da obra: a “desefetivação do trabalhador” (em contraste à paralela efetivação do trabalho) e o “estranhamento-de-si”, com este sendo consequência daquele. Como expresso pelo próprio autor, apesar do aumento do

mundo das mercadorias, provocado pelo incremento substancial na produtividade, seguir-se-ia ao empobrecimento do mundo dos homens:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e esta na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral. (MARX, 2006, p.80)

A efetivação do trabalho e a desefetivação do trabalhador se dão pela própria maneira como a atividade produtora de valores de uso agora se dá: antes baseada na reprodução do ser humano enquanto ser vivo que possui necessidades mínimas, o sistema econômico desenvolvido para o mercado traz consigo a mudança de perspectiva sobre a produção de bens, agora objetivados exclusivamente para a troca no mercado. A busca pelo lucro, portanto, traz à tona o aumento da jornada de trabalho, em um primeiro momento, e, em seguida, uma intensificação da produção através do uso de máquinas, que substituem boa parte da mão-de-obra e exponenciam a produção. Até este momento, há a continuidade da finalidade primordial da atividade do homem sobre a natureza, a saber, produzir valores de uso. Como bem explica Marx (1980), apesar da mudança de imagem dos bens produzidos sob o sistema econômico capitalista, vislumbrados a partir de seu equivalente em dinheiro, as mercadorias continuam a exibir sua face inicial, a de possuírem uma finalidade para o ser humano. Entretanto, com a constante especialização da atividade humana, guiada pelo desenvolvimento de um autômato que, crescentemente, imita, potencializa e aper-

feiçoas as atividades antes demonstradas apenas pela raça humana, o homem torna-se apenas uma “ferramenta” da própria máquina, omitindo todo o conhecimento que tinha sobre a constituição integral dos bens que agora produz para poder se adequar ao desenvolvimento do trabalho fabril, além de haver uma ruptura da identidade entre o sujeito e o fruto direto de seu trabalho. O trabalhador, portanto, desefetiva-se enquanto conhecedor profundo da produção e empregador de seu conhecimento adquirido por experiência sobre o bem que provem de sua própria força. Além da perda de sentido do próprio trabalho, esta desefetivação o torna fraco frente ao sistema, conforme aponta Marx (1980) por meio de Smith:

A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente seu ânimo... Destrói mesmo a energia de seu corpo e torna-o incapaz de empregar suas forças com vigor e perseverança em qualquer outra tarefa que não seja aquela para que foi adestrado. Assim, sua habilidade em seu ofício particular parece adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. E em toda sociedade desenvolvida e civilizada, esta é a condição a que ficam necessariamente reduzidos os pobres que trabalham (the labouring poor), isto é, a grande massa do povo. (SMITH apud MARX, 1980, p.415)

Marx também exhibe sua opinião a respeito da regressão física e espiritual causada por este corte realizado sobre uma atividade que identifica o ser humano:

O trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jôgo variado os músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo interesse. (MARX, 1980, p.483)

Com a desefetivação do trabalhador, tem-se, por conseguinte, um processo de estranhamento deste sujeito sobre todo o processo pelo qual seu trabalho se metamorfoseia. De acordo com Marx (2006), o estranhamento adotado pelo sujeito se mostra de quatro formas: o estranhamento de sua atividade produtiva (e, portanto, de si mesmo), do próprio processo produtivo (processo sobre o qual perde poder), do produto final (do qual apenas uma parte do valor refere-se ao trabalho de um indivíduo) e, por fim, de sua relação com a humanidade (na qual as relações exibidas, a partir da produção capitalista, dão-se entre produtores de mercadorias e a existência do outro é vista como ameaçadora à sobrevivência do indivíduo – ou, sob a visão do capitalista, apenas como meio para se atingir mais valor). Ou seja, sua existência e o mundo à volta tornam-se estranhos a si, sendo este levado, pela força do capital, a perceber-se e perceber o mundo sob a ótica do oportunismo, da concorrência e da vida voltada a um trabalho penoso obrigatório. O capital, enfim, confundindo seu sustentáculo, o trabalhador, maneja-o de acordo com sua vontade. O mundo, com isso, é vivido sob a veneração e as oportunidades de se conseguir (mais) dinheiro; o caso contrário, as atividades voltadas ao enriquecimento intelectual e espiritual, como não-lucrativas, são inúteis. Como explana Marx (2006, p.81), “O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do ter.”

Quanto menos comeres, beberes, comprares livros, fores ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensares, amares, teorizares, cantares, pintares, esgrimires etc., tanto mais tu poupas, tanto maior se tornará o teu tesouro, (...), teu capital. Quanto menos tu fores, quanto menos externares a tua vida, tanto mais tens, tanto maior é a tua vida exteriorizada, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. Tudo o que o economista nacional te arranca de vida e de humanidade, ele te supre em dinheiro e riqueza. (MARX, 2004, p.142)

Com o detrimento do homem sob a perspectiva física, que, por fim, destrói seu corpo, e sob a perspectiva psíquica, que destrói seu espírito, tem-se a terminologia utilizada por Marx para designar o caráter de desenvolvimento da força de trabalho perante o capital, inicialmente sob organização produtiva das manufaturas simples, à produção em larga escala das indústrias: “A manufatura produz realmente a virtuosidade do trabalhador mutilado, ao reproduzir e levar ao extremo, dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontra na sociedade” (MARX, 1980, p.390), e segue:

Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho na sociedade. Mas, como o período manufatureiro leva muito mais longe a divisão social do trabalho e também, com sua divisão peculiar, ataca o indivíduo em suas raízes vitais, é ele que primeiro fornece o material e o impulso para a patologia industrial: ‘subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo.’ (MARX, 1980, p.416)

Interessante comprovar não apenas em seus trechos, mas em todas as obras citadas de Marx, a dupla face da “evolução” do trabalhador frente ao processo de especialização de sua atividade. A especialização, conforme percebida na seção anterior e no começo desta, pôde ser realizada por dois caminhos diferentes: o primeiro se refere à reunião, em um mesmo espaço e sobre as ordens do mesmo capitalista, de artífices independentes, ou seja, que não necessitam diretamente de trabalho anterior para pôr em movimento seu próprio trabalho, possuindo, então, ofícios independentes. Desta forma, sob o poder do mesmo capitalista, os trabalhadores em questão continuariam a exercer aquela mesma tarefa na qual são destros – ou seja, realizam a produção em um menor tempo possível, são produtivos –, mas sob um nível de especialização ain-

da maior, pois todos os trabalhos serão desenvolvidos para um mesmo e único fim, produzir uma mercadoria específica. Os trabalhadores, assim, terão que exercer a mesma atividade incessantemente, não variando de acordo com a vontade própria. No segundo caminho, tem-se a reunião de trabalhadores que conhecem integralmente o processo de produção de determinada mercadoria. Entretanto, dentro da fábrica, os mesmos são divididos de acordo com a eficácia de cada um em determinado nível da produção. Desta forma, todos os artesãos que conheciam anteriormente o fabricar de um objeto de madeira, por exemplo, serão divididos, dentro da manufatura, naqueles que são melhores em extrair o objeto de trabalho, em cortá-lo, modelá-lo e montá-lo, quebrando assim o conhecimento integral a priori possuído pela grande maioria dos indivíduos envolvidos, senão todos.

Tornando-se, em ambos os casos, trabalhadores parciais, conforme diz Marx, tem-se, com a manufatura, a extrema virtuosidade do trabalhador mutilado, a “evolução” citada no parágrafo anterior: por um lado, o trabalhador parcial passa, a partir da especialização, a se tornar mais produtivo, ou seja, produzir em menos tempo maior quantidade daquela “matéria intermediária” necessária à finalização do produto final – em hipótese alguma a quantidade desta matéria produzida pelo trabalhador intermediário poderá ser comparada à quantidade de bens finais produzidos enquanto artesão independente. Marx vê este salto de produção inicialmente na abreviação do tempo necessário à produção, visto que, com a especialização, o trabalhador perderá menos tempo com a locomoção e mudança de ferramentas necessárias ao processo produtivo, característico de seu trabalho enquanto artesão independente. Torna-se, com isso, um especialista. Por outro lado, o trabalhador é mutilado com a especialização, pois o seu conhecimento acerca da produção absoluta de um bem, desde a extração do objeto de trabalho da natureza até o acabamento final, é deturpado, cortado e descartado pelo capitalista, visto que aquele trabalhador mostra-se mais eficiente naquele trabalho

parcial. O conhecimento adquirido através do tempo, muitas vezes pelo costume, desta maneira, é deformado e limitado para atender às exigências do capital. Não apenas seu trabalho é mutilado, mas também sua visão de mundo e sua visão sobre o outro ser humano, como destacado nas formas de estranhamento.

Como visto, Marx vai mais fundo com o significado da “virtuosidade do trabalhador mutilado”. Para além do simples recorte do conhecimento acerca do processo de produção de determinado bem, o autor faz uma menção ao lado “espiritual” do trabalhador, o qual, neste trabalho, poderá ser tratado como sendo pertencente a uma análise psíquica do operário. Além disso, como pode ser visto na análise de Engels acerca das condições das cidades inglesas, percebe-se o impacto que a aceleração da produção causa ao meio, desde a constituição das cidades e a degradação do meio ambiente à caracterização dos grupos sociais.

3. FORDISMO TAYLORISTA E TOYOTISMO: APRIMORAMENTOS DA ALIENAÇÃO

O papel pouco vislumbrado da Revolução Industrial na constituição de um novo indivíduo com a inserção da maquinaria na produção ganha cada vez mais força no decorrer do desenvolvimento das técnicas de produção, demonstrando a veemência da constituição de um novo comportamento à sociedade do século XX. A alienação do produto do trabalho volta-se contra o próprio trabalhador através da propagação do ideal consumista. Seguindo as etapas citadas por Fontenele (2007), o sistema de produção capitalista passa da fase de capitalismo de mercado para a fase correspondente à sociedade do consumo massificado, em que era possível verificar a produção em série (modelo fordista),

em que o consumo estava orientado não para atender às necessidades básicas, mas para proporcionar satisfação aos desejos dos consumidores ávidos por símbolo de status (FONTENELE, 2007, p.13)

Os próprios representantes do capital manifestavam seu interesse na constituição de um novo caráter social que fosse ao encontro de seus interesses mercantis. Como bem declara Bernays (1928), que deu origem aos trabalhos em *Relações Públicas* nos Estados Unidos, percebia-se a capacidade real de se obter o controle comportamental da massa de consumidores – necessária durante o início do século XX, pois uma produção em massa exigia, *pari passu*, o consumo em massa:

Se entendermos o mecanismo e os motivos da mente do grupo, é possível controlar e reger as massas de acordo com nossa vontade sem sua ciência disso? A prática recente da propaganda provou que é possível, pelo menos sob certo ponto e com alguns limites. (BERNAYS, 1928, p.47, tradução nossa).

Com a confirmação de tal pergunta, encarnada na transformação da sociedade de indivíduos em uma sociedade de consumidores desejosos, a produção em massa, visando atender aos ideais da classe capitalista, passaria a ser justificável. Para Bernays, os desejos de um homem deveriam eclipsar suas necessidades: o homem guiava-se por suas necessidades, mas, para se conseguir mais dinheiro, deveria guiar-se por seus desejos.

Baseado neste período, portanto, defende-se a formação, a partir da separação entre o fruto do trabalho e o ser humano, de uma espécie de “caráter social externo”, em consonância à já relatada formação do caráter social individual, proveniente da alienação do trabalho e da extirpação da relação entre o criador e a criação. A formação externa do caráter é dada a partir do delinear de novos comportamentos impostos à sociedade pelos donos dos meios de produção e auxiliados, como percebido nas atividades de Bernays, pela propaganda. Assim, a constituição da subjetividade do ser é tomada por completo por um pequeno grupo de indivíduos, visando, desta forma, dar continuidade ao desenvolvimento do

mercado e à captação de mais-valia. Com o desenvolvimento da sociedade de consumo, o próprio ser é consumido por uma falsa sensação de completude, proveniente da captação do fruto de trabalho anteriormente alienada. O mais-trabalhar para mais consumir, portanto, torna-se o fim ideal da sociedade do século XX, não mais sendo questionado o âmago da construção da sociedade moderna, baseada na falsa saciedade (alienação) de uma falsa necessidade (consumismo).

Desta forma, o indivíduo é retirado de si próprio duplamente, frente ao comportamento social de consumo em massa que se instaura e frente à continuidade do processo de alienação do trabalho, que toma proporções mais drásticas com a aplicação do modelo fordista taylorista, baseado “na produção em massa de mercadorias a partir de um trabalho fragmentado. Ele compreende a fusão de técnicas científicas de organização do trabalho com um modelo produtivo.” (FONTENELE, 2007, p.19-20). Assim chamado para nomear o modelo de produção do século XIX (até meados da década de 80), o fordismo taylorista aglutina a produção em massa com uma nova organização do trabalho, baseada no trabalho fragmentado, cronometrado e rotinizado, este servindo de força motriz para o embrutecimento do ser e à cisão do indivíduo consigo mesmo.

Em certo ponto, a rotina torna-se autodestrutiva, porque os seres humanos perdem o controle sobre seus próprios esforços; falta de controle sobre o tempo de trabalho significa morte espiritual. Smith acreditava que o capitalismo de sua época cruzava esse grande abismo; quando declarou que “os que trabalham mais obtêm menos” na nova ordem, pensava mais nesses termos humanos que em salários. (SENNETT, 2011, p.41)

O modelo de produção fordista não apenas afeta o indivíduo diretamente, mas também através da própria formação edu-

cacional mínima necessária ao trabalho, que impunha o mesmo teor desumanizador dos modelos de produção e tornava o ser humano ainda mais alheio à realidade. Como explica Engels (2010, p.272, grifo do autor), baseado na sociedade industrial de fins do século XIX:

(...) quanto às ciências humanas, seu conhecimento, pelo operário, é atualmente desprovido de utilidade, uma vez que ele nem sequer pode observar a natureza, vivendo na grande cidade e absorvido por uma jornada de trabalho tão prolongada.

O caso do trabalho fordista não é modificado, sendo guiado pelos interesses das empresas:

O trabalhador profissional de produção tinha que seguir um aprendizado completo que o fazia apto para realizar todos os trabalhos de certo tipo. O desaparecimento parcial desta categoria e o desenvolvimento de trabalhos especializados – se os considere como qualificados ou não – tem inclinado muitas empresas a dar aos aprendizes e trabalhadores em processo de formação profissional conhecimentos limitados, que correspondem às necessidades específicas de empresa (...) (Parias, 1965, p.40, tradução nossa).

Percebe-se, portanto, que a significação de uma “revolução” ou até mesmo de uma “evolução” do capitalismo, quando se observa as condições às quais os trabalhadores estavam sujeitos, mostra-se nula. As revoluções industriais sobre as quais se estudam estão baseadas na produtividade crescente que as máquinas apresentam no decorrer do desenvolvimento da sociedade, enquanto que a evolução do capitalismo baseia-se na crescente independência que o sistema econômico adquire, ou “luta” para adquirir, em relação à utilização da força de trabalho humana. Sob a perspectiva do trabalhador, as (r)evoluções citadas tratam do crescimento de sua miséria e de

sua insignificância enquanto ser humano – sendo esta impressão potencializada durante a terceira Revolução Industrial.

Seguido pelo modelo de acumulação flexível, fruto, dentre outras coisas, da descontinuidade criada pelo próprio fordismo entre produção em massa e consumo em massa – como salientado por Antunes (1999, p.18), “o elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho e supressores da sua dimensão criativa (Sabel e Piore, 1984)” – pela ineficiência dos movimentos operários na construção de um projeto mais democrático ou de um sistema realmente socialista e pela ascensão do conservadorismo, inicialmente na Inglaterra, marcada pelo mandato de Thatcher.

Marcado, entre outros pontos, pela produção vinculada à demanda, pelo multi-atarefamento do trabalhador e pela minimização de estoques e do tempo de produção, o toyotismo, novo modelo de produção instaurado como resposta à crise do modelo fordista, põe como pauta principal a precariedade infringida ao trabalho. A atividade produtiva perde, no toyotismo, por fim, todo o sentido útil ao homem para seguir as necessidades do mercado. O ser humano, pois, deixa seu caráter e sua própria personalidade tal qual um barco à deriva, sendo levado para onde os ventos da empregabilidade sopram:

As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. Se eu fosse explicar mais amplamente o dilema de Rico, diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável. (Sennett, 2011, p.27)

O trabalhador, da mesma forma que o dinheiro, sob a ótica do capitalismo, não mais possui pátria. Seus valores pes-

soais, provenientes dos laços familiares e da cultura, constituídos através de relações de longo prazo, desvanecem-se com o curto prazo imposto às decisões e às vidas dos indivíduos. Ele deve se tornar flexível, mutável, devendo se adequar, portanto, a qualquer situação (e aí se insere a menção constante de Zygmunt Bauman à “fluidez” da pós-modernidade). Pertence a todas as cidades e a todas as nações, de acordo com as necessidades do capital. Dinamiza-se o caráter globalizante sob as políticas neoliberais e a produção toyotista; o homem perde a si por ser um cidadão do mundo e, ao mesmo tempo, um cidadão de canto nenhum. Sobre este processo de “re-territorialização e des-territorialização da força de trabalho” (Antunes, 1999, p.116), Bauman expõe que

Paul Virilio disse recentemente que, se parece bastante prematura a declaração de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”, pode-se cada vez com mais confiança falar atualmente do “fim da geografia”. As distâncias já não importam, a o passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real.” (Bauman, 1999, p.18)

De forma geral, portanto, tem-se que, de acordo com Gounet (1991, p.43 apud Antunes, 1998, p.28-9):

o toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a ‘satisfação’ da equipe que está na sequência da sua linha”. E conclui, não sem um tom de ironia: “Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas da satisfação do consumidor, com controle de qualidade”.

A tese dejouriana (1999) acerca da banalização do mal torna o papel do modelo toyotista de produção ainda mais nocivo à construção do caráter social, atualmente delineado principalmente por aspectos individualistas e de virilidade, além da continuidade, como até então defendido, da cisão do ser humano com a atividade formadora de si. A partir de sua formação e da perspectiva baseada na Psicodinâmica do Trabalho, Dejours insere na análise do trabalho questões acerca da fragilização somática do ser, solidificada no novo modelo de produção e em suas consequências ao equilíbrio psicossomático do indivíduo. Como bem explica:

Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão. Mas a clínica mostra que essa energia não pode aqui permanecer muito tempo e, quando as capacidades de contenção são transbordadas, a energia recua para o corpo, nele desencadeando certas perturbações que não são profundamente diferentes das que acabam de ser descritas como testemunhas da angústia ou da onda de agressividade. São somente mais intensas. Nada espantoso, nessa ótica, que a fadiga, mesmo se resulta de uma carga psíquica excessiva, tenha uma tradução somática.” (Dejours, 2007, p.29)

De acordo com o autor, portanto, através da prévia separação entre concepção e elaboração, dá-se origem a um novo organismo (considerando o trabalhador do chão de fábrica) produtivo desvinculado de sua subjetividade, onde se percebe uma atividade laborativa que se choca com as aspirações, as motivações e os desejos. Em suas palavras, tem-se que, com este desenvolvimento da organização do trabalho, “O

homem no trabalho, artesão, desapareceu para dar a luz a um aborto: um corpo instrumentalizado – operário de massa – despossuído de seu equipamento intelectual e de seu aparelho mental.” (Dejours, 1992, p.39, grifo nosso). Percebe-se o “mal” citado pelo autor: a constituição imposta de um novo Sujeito, que ao mesmo tempo limita a verdadeira formação do ser e deturpa seu caráter próprio.

Enquanto receptáculo vazio de caráter próprio, sendo facilmente moldável pelas condições concretas da realidade, é imposto ao trabalhador a aglutinação de um comportamento concorrencial, “agressivo” e viril frente ao próximo, necessários à sua atuação junto ao capital, visando, com isso, a de seu corpo. Assim, verifica-se em Dejours um aprofundamento acerca da alienação do trabalho abordada por Marx: quando a motivação volta-se contra o desejo pessoal e, com isso, contra o indivíduo, tornando-se meio utilizado por outro para se atingir seus desejos; “O trabalhador é, de certa maneira, despossuído de seu corpo físico e nervoso, domesticado e forçado a agir conforme a vontade de outro.” (Dejours, 2007, p.27). Esta ideia, por sua vez, vem reforçar a perspectiva que se tem acerca da luta de classes, entre os interesses antagônicos dos administradores do capital e dos operários.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo as análises de Marx e Engels acerca da centralidade do trabalho para a constituição do ser humano (com especial ênfase à obra inacabada de Engels acerca do papel primordial do desenvolvimento do labor à transformação do macaco em homem), deve-se, por outro lado, ser dado igual destaque ao fator limitador da interação entre o ser e o trabalho; ao fator que, antagonicamente, age negativamente à transformação do homem: a alienação do trabalho. Com a banalização da alienação do trabalho, que dá início, ao mesmo tempo, a uma formação individual interna e social externa do caráter do ser humano,

incidindo, portanto, na banalização de um novo caráter social, baseado sobretudo na concorrência mercantil, o labor humano, o trabalho enquanto atividade humana, dá lugar a uma atividade estafante, um meio para atingir a “posse” dos frutos do próprio labor, tomados por uma aura fetichizada.

A partir da caracterização do processo de alienação empreendido pelo capital desde o período da Revolução Industrial (ou até mesmo antes, se for pensado acerca dos métodos iniciais e em menor escala de separação dos meios de produção e do produto final do trabalho humano em relação ao trabalhador), é reconhecido que este mesmo processo encontra-se na base da expansão do capital e, com isso, legítima o sistema político-econômico capitalista. Sendo assim, infere-se que o retorno do trabalho como uma atividade verdadeiramente humana, ou seja, que deve fazer parte do desenvolvimento do próprio ser, atendendo às suas limitações e anseios, deve ser alcançado apenas com a derrocada do capital e a transformação de todas as esferas humanas. A mudança não poderá ser baseada apenas em reformas sobre o sistema capitalista, provocando apenas meios de aprimoramento do controle do capital sobre o ser humano – os modelos fordista e toyotista demonstram este processo de “lapidação” do sistema capitalista frente às constantes crises econômicas.

Desta forma, vê-se como único meio de ser superada a barreira ao desenvolvimento humano, imposta pela alienação do trabalho, a superação do capital, quando poderá ser vislumbrada a construção do ser por si próprio. Não se deve fazer menção à emersão das teorias acerca de um socialismo estritamente econômico, como comumente é destacado, onde a classe trabalhadora superará o controle dos meios de produção, gerando uma divisão mais justa dos frutos do trabalho humano, a sublevaração de um sistema econômico por outro menos injusto. A esta concepção de uma sociedade futura, percebe-se apenas uma continuidade do caráter do que se espera superar, um cultuamento ao econômico em detrimento do humano e social.

Neste ponto, deve ser defendido um socialismo comunitário, que vise a superação da alienação sobre os trabalhadores, mas também sobre os capitalistas, baseados atualmente no constante e intenso processo de “abstratificação” e “quantificação” das esferas humanas (Fromm, 1965); e não apenas uma transformação econômica, mas uma transformação pulverizada em todas as esferas humanas: não apenas uma participação coletiva nos processos de produção, mas o soerguimento da vida pública em detrimento da estritamente privada, do surgimento de uma democracia efetiva e de um renascimento cultural em detrimento da cultura do status, do individual e do consumo. Apenas assim vê-se a possibilidade da efetivação da essência do ser humano; será “nada mais nada menos que a criação das condições para o homem verdadeiramente livre, racional, ativo e independente; é a consecução do objetivo profético: a destruição dos ídolos.” (Fromm, 1975, p.65)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, R. (1999) *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (1998) *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez.
- Bauman, Z. (1999) *Globalização: As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- Bernays, E. (1928) *Propaganda*. Nova Iorque: Horace Liveright.
- Dejours, C. (1999) *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2007) A carga psíquica do trabalho. In: ABDOUCHELI, Elisabeth; Dejours, Christophe; JAYET, Christian. BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). *Psicodinâmica do Trabalho – Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007.
- Dobb, M. (1965) *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Engels, F. (2010) *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Fontenele, M. F. (2007) *A Consciência dos Trabalhadores e a Implantação de um Modelo Produtivo baseado no Toyotismo*. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE.
- Fromm, E. (1975) *Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar;
- Fromm, E. (1965) *O Dogma de Cristo e outros ensaios sobre Religião, Psicologia e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marx, K. (2006) *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Marx, K. (1980) *O Capital* (livro 1, tomo 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Parías, L.H. (1965) *Historia General del Trabajo - La civilización industrial: 1914-1960*. México - Barcelona: Grijalbo.
- Sennett, R. (2011) *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record.
- Siqueira, L. B. ; Alencar, O. L. G.; Aquino, C. A. B. (2012) Atividade Humana: compreendendo a trajetória do trabalho na contemporaneidade. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, jan./jun. 2012, p. 80-93.

¹Tainã Alcantara de Carvalho. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará – Brasil e membro do Viês - Núcleo de Economia Política. Contato: tainan.alcantara@yahoo.com.br